

A invenção das nações

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

- Compreender o nascimento e desenvolvimento das ideias de nação e nacionalismo.
- Entender o processo de construção do conhecimento histórico vinculado à construção da ideia de nação.

ROTEIRO DE ESTUDOS

- SEÇÃO 1 - Nação e nacionalismo – conceitos e ideias centrais
- SEÇÃO 2 - Os historiadores e a construção das histórias nacionais

PARA INÍCIO DE CONVERSA

Nesta terceira unidade você estudará como o fim do antigo regime permitiu o surgimento de uma nova força de coesão sociopolítica – o **nacionalismo** – e como as modernas nações surgiram e tiveram sua construção justificada pela historiografia moderna, que nasce com esta função explícita: escrever a história nacional, buscando mitos de origem, fatos fundadores, e ideias identificadoras que permitiram que o “sentimento nacional” surgisse e transformasse populações inteiras, fundamentalmente diferentes entre si, em “franceses”, “americanos” ou “brasileiros”.

Verá também que, em nome do nacionalismo, políticas de unificação e/ou dominação foram implantadas, quase nunca de modo pacífico, passando de um nacionalismo liberal que herdara seus ideais da Revolução Francesa – buscando, ao fim e ao cabo, a redenção de todos os indivíduos em suas respectivas nações – a um nacionalismo encampado por indivíduos e partidos à direita do espectro político, fundamentalmente antirracional, antiliberal e marcado pela adesão à xenofobia e racismo do final do século XIX.

SEÇÃO 1

NAÇÃO E NACIONALISMO - CONCEITOS E IDEIAS CENTRAIS

Surgido das convulsões revolucionárias do século XVIII, em especial a Independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa, o **nacionalismo** tornou-se um poderoso elemento ideológico dos séculos XIX e XX. Seu pressuposto fundamental era o de que a nação tinha o direito de expandir-se territorialmente, ou de conquistar seu próprio território, devido à superioridade – inicialmente cultural, mas mais tarde, racial – de uma determinada nação.

A base inicial para a ideia de **nação** foi criada durante o iluminismo,

mas seu florescimento se deu no início do século XIX, através do estabelecimento de uma parcela educada da sociedade burguesa, que mesmo não sendo muito numerosa, foi eficaz em afirmar ideias nacionalistas através de movimentos organizados (como os movimentos “jovens”, fundados ou inspirados pelas ideias de Giuseppe Mazzini após 1830) que são “o marco da desintegração do movimento revolucionário europeu em segmentos nacionais” (HOBSBAWM, 1986, p. 151).

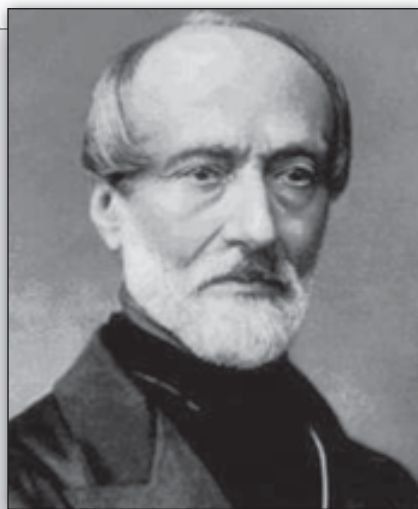


Figura 10 - Foto de Giuseppe Mazzini, ca. 1870

Giuseppe Mazzini (1805-1872) foi o principal mentor do nacionalismo italiano do século XIX, pregando a unificação dos estados em uma república sem invasores estrangeiros. Exilado em 1830, organizou o movimento da “Jovem Itália”, que advogava os ideais nacionalistas, e de unificação italiana. Um de seus seguidores de 1830 – também exilado para a França, que acabou imigrando para o Brasil, foi **Giuseppe Garibaldi** – mais tarde responsável pela unificação da península italiana em torno da monarquia do Piemonte.

Para Benedict ANDERSON (2008, p. 69) as origens específicas do nacionalismo residem na capacidade de se “imaginar” a nação, que surge historicamente quando um conjunto de “concepções culturais fundamentais” muito antigas perderam sua influência sobre a mentalidade dos homens:

A **primeira** delas é a ideia de que uma determinada língua escrita oferecia um acesso privilegiado à verdade ontológica, justamente por ser uma parte indissociável dessa verdade. Foi essa ideia que gerou as grandes irmandades transcontinentais da cristandade, do Ummah islâmico e de outros. A **segunda** é a crença de que a sociedade se organizava naturalmente em torno e abaixo de centros elevados – monarcas à parte dos outros seres humanos, que governavam por uma espécie de graça cosmológica (divina). Os deveres de lealdade eram necessariamente hierárquicos e centrípetos porque o governante, tal como a escrita sagrada, constituía um elo de acesso ao ser e era intrínseco a ele. A **terceira** é uma concepção da temporalidade em que a cosmologia e a história se confundem, e as origens do mundo e do homem são essencialmente as mesmas. Juntas essas ideias enraizavam profundamente a vida humana na própria natureza das coisas, conferindo um certo sentido às fatalidades diárias da existência (sobretudo a morte, a perda e a servidão) e oferecendo a redenção de maneiras variadas. (ANDERSON, 2008, p. 69, sem grifos no original).

Superadas essas concepções – em grande parte pelos processos de descrédito na autoridade divina do monarca e do clero ocorridos ao longo do século XVIII pela ampla circulação de ideias iluministas em obras científicas e de sedição proporcionada pela explosão editorial do Iluminismo (DARNTON, 1987) – o(s) nacionalismo(s) se manifestou em torno da ideia de nação como uma “comunidade política imaginada”.

Comunidade imaginada, porque “mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros”, ainda que exista entre todos eles uma viva imagem de comunhão. Essa comunidade é **limitada**, porque mesmo a maior das nações não se imagina englobando toda a humanidade – como frequentemente quis o pensamento iluminista e seus herdeiros liberais e socialistas. A comunidade também é **soberana**, pois surgiu para substituir a legitimidade monárquica. Também a própria ideia de **comunidade** porque anula diferenças sociais para criar uma igualdade horizontal, baseada em camaradagem fraternal que “tornou possível [que], nesses dois últimos séculos, tantos milhões de pessoas tenham-se [disposto] não tanto a matar, mas sobretudo a morrer por essas criações imaginárias limitadas (ANDERSON, 2008, p. 34).

O historiador inglês Eric Hobsbawm, que se dedicou ao estudo contemporâneo do nacionalismo, identifica uma composição social bem definida na construção inicial do nacionalismo nas primeiras décadas do século XIX: além dos membros de “fraternidades revolucionárias nacionais”, como os carbonários e os fenianos, havia um forte apoio por parte dos proprietários rurais menores ou “uma pequena nobreza inferior”, descontentes com a implantação das políticas de economia liberais resultantes das revoluções do século anterior. Havia também o envolvimento de uma nascente “classe média inferior” e de intelectuais profissionais que, como você verá na terceira seção, se tornaram os porta-vozes oficiais do nacionalismo (HOBSBAWM, 1986, p. 152-4).

Os **Carbonários** eram sociedades secretas revolucionárias fundadas na Itália, França e em Portugal no início do século XIX. Mesmo sem uma agenda política clara, eles buscavam objetivos patrióticos, com um foco liberal. Membros dos Carbonários, como Garibaldi, foram instrumentais no processo da unificação italiana na década de 1860 e nos desenvolvimentos posteriores do nacionalismo italiano.

Os **Fenianos** eram também uma sociedade secreta devotada ao estabelecimento de uma república irlandesa independente (que aconteceu em 1919 para a Irlanda do Sul). O braço armado dos Fenianos – o Exército Revolucionário Irlandês (IRA, na sigla em inglês) manteve ações terroristas ao longo do século XX com relação à parte norte da Irlanda, ainda hoje parte do território inglês.

Após as revoluções de 1848 – muitas das quais tiveram características eminentemente “nacionais”, ou de “nacionalidades rivais” (húngaros contra austríacos, por exemplo) – o nacionalismo tornou-se um fenômeno de massa, descolando-se dos movimentos intelectuais do período imediatamente anterior. Simultaneamente, passou-se a associar a nação com a necessidade de um território nacional. Assim, o processo de unificação da Alemanha, comandado por **Bismarck**, mas realizado em torno da família reinante prussiana, e a unificação italiana, em torno da casa de Savóia, foram fenômenos que encontraram grande respaldo popular.

Otto Von Bismarck (1815-1898) foi primeiro ministro do reino da Prússia entre 1862 e 1890, e unificou a Alemanha através de uma série de guerras (em especial contra a Dinamarca, em 1864, e contra a França, em 1870, guerra essa que precipitou a formação da **Comuna de Paris**, que você estudará nesta disciplina).

Da mesma forma, diversos outros movimentos nacionais tentaram criar estados independentes em territórios imperiais – Irlanda, Sérvia e Romênia são alguns exemplos. Muitos desses nacionalismos foram sufocados pela dominação imperial. É necessário, portanto, em termos analíticos, separarmos bem claramente “a formação de nações e ‘nacionalismos’ de um lado [...] e a criação de estados-nações, por outro” (HOBSBAWM, 1982, p. 103).

O problema não era apenas analítico, mas também prático. Pois a Europa, deixando de lado o resto do mundo, estava dividida evidentemente em “nações” cujas aspirações em fundar estados não deixava, pelo certo ou pelo errado, nenhuma dúvida, e em “nações a cerca [sic] das quais havia uma boa dose de incerteza quanto a aspirações semelhantes. O melhor guia para o primeiro tipo era o fato político, a história institucional ou a história cultural das tradições. A França, Inglaterra, Espanha e Rússia eram inegavelmente “nações” porque possuíam estados identificados com os franceses, ingleses, etc. Hungria e Polônia eram nações porque havia existido um reino húngaro como entidade separada, mesmo quando dentro do Império dos Habsburgos, e um estado polonês que também havia existido de há muito até sua destruição no final do século XVIII. A Alemanha era uma nação por força de que seus numerosos principados (apesar de nunca unidos em um único estado territorial) terem constituído outrora o então chamado “Sagrado Império Romano da Nação Germânica” e formado por outro lado a federação germânica, mas também porque todos os alemães de educação elevada partilhavam a mesma língua escrita e literatura. A Itália, apesar de nunca ter sido uma entidade política enquanto tal, possuía talvez a mais antiga das literaturas comuns à sua própria elite. (HOBSBAWM, 1982, p. 103-4).

Em muitos casos, o nacionalismo só correspondia à formação do Estado-Nação tardiamente (como na Itália), mas, em geral, ele embasou os movimentos fundadores das Nações. Embasou também o apoio popular a esses movimentos, transformando-os em movimentos de massa, ao contrário dos movimentos iniciais, fortemente ligados a elites culturais e intelectuais. O fato de que a ampliação da educação fornecia elementos das camadas médias da sociedade para atuarem na burocracia dos estados nacionais, antigos ou recém-criados, fortaleceu os vínculos das elites com o nacionalismo. Mas esse nacionalismo, fortemente vinculado (pelo menos nesse período) ao liberalismo, forneceu a contradição fundamental dos movimentos revolucionários europeus de 1848 a 1870: "O nacionalismo [...] parecia manejável na estrutura do liberalismo burguês e compatível com ele. Um mundo de nações viria a ser, acreditava-se, um mundo liberal, e um mundo liberal seria feito de nações. O futuro viria a mostrar que a relação entre os dois não era tão simples assim" (HOBSBAWM, 1982, p. 116).

À medida que o século XIX chegava ao fim, essa relação passou a ser testada constantemente, pois a política de massas que acompanhou a democratização das nações ocidentais a partir de 1870 colocou a "questão nacional" em destaque. Baseando-se na capacidade fundamental de mobilização que essa democratização permite, os próprios estados se esforçam para arregimentar a identificação emocional das massas com a "sua" nação, chamando a isso de "patriotismo". Este, por sua vez, se tornou um monopólio da extrema direita política, estabelecida na administração dos estados-nações, estigmatizando todas as outras opções políticas como "traidoras". Essa inovação desconsiderava (ou mesmo negava) a ligação entre nacionalismo e liberalismo e o fato de que todas as vertentes políticas do século XIX renderam-se à questão nacional como sendo essencial para o debate político.

Segundo Hobsbawm, as mutações operadas no nacionalismo político nesse período tinham quatro aspectos fundamentais, cujas consequências repercutiriam pelo século XX adentro:

O primeiro [...] é o surgimento do nacionalismo e do patriotismo como ideologia encampada pela direita política. Isto encontraria sua expressão extrema entre as duas guerras, no fascismo, cujos ancestrais ideológicos aí são encontrados. O segundo é a pressuposição, absolutamente alheia à fase liberal dos movimentos nacionais, de que a autodeterminação nacional, até e inclusive a formação de Estados soberanos independentes, aplicava-se não apenas a algumas nações que pudessem demonstrar sua viabilidade econômica, política e cultural, mas a todo e qualquer grupo que

reivindicasse o título de “nação”. [...] O terceiro era a tendência progressiva para admitir que a “autodeterminação nacional” não podia ser satisfeita por qualquer forma de autonomia inferior à plena independência do Estado. [...] Finalmente, havia a nova tendência para definir uma nação em termos étnicos e especialmente em termos de linguagem. (HOBBSAWM, 1988, p. 206).

Esse nacionalismo, encampado pela direita política, expressava-se agora como uma rejeição profunda do liberalismo e do socialismo, que estabeleciam relações internacionais – de comércio ou de ação revolucionária – para afirmar uma forte reação contra os governos parlamentares implantados a partir da tradição revolucionária do século XVIII.

Um último elemento fundamental para a compreensão do nacionalismo é a influência do **romantismo** filosófico. O pensamento romântico surgiu, ainda no século XVIII, como uma crítica ao excessivo racionalismo que acompanhou as ideias iluministas. Como tal, o romantismo enfatizava a capacidade humana de agir de forma instintiva e emotiva em situações cotidianas. Como parte desta ênfase e movidas pela constatação da “*realidade* e da *possibilidade* de uma mudança radical na história” apresentadas pelas revoluções, as elites intelectuais enveredaram “por uma busca das autênticas tradições nacionais, imersas num passado remoto e obscuro” (SALIBA, 2003, p. 15).

Daí o interesse maior pela época medieval, pois nela, supostamente, encontrar-se-iam os traços definidores de um obscuro “passado nacional”; daí também uma visão bastante mistificadora e ingênua do mundo feudal. Esse mergulho no passado era uma espécie de compensação ao espetáculo da quebra de continuidade oferecido pelo tempo presente: uma nostalgia das sociedades pré-capitalistas que ansiava por retomar o fio de uma continuidade orgânica do passado. Se, no campo político, tal atitude se desdobrou, não raro, em posições conservadoras, no campo estético forneceu vias de expressão peculiares, centradas no subjetivismo, no misticismo interiorizante e na busca da liberdade de criação artística. (SALIBA, 2003, p. 15-16)

SEÇÃO 2

OS HISTORIADORES E A CONSTRUÇÃO DAS HISTÓRIAS NACIONAIS

Desde a formulação inicial do conceito moderno de nação, durante as revoluções Americana e Francesa do fim do século XVIII, a escrita da história esteve conectada com o processo de construção da nação, criando uma “longa tradição de vínculos íntimos entre a escrita da história e o processo de “se tornar nacional” (BERGER, DONOVAN e PASSMORE, 1999, p. 3).

Em cada uma das principais “nações” europeias, a construção da ideia nacional passou por formulações mitopoéticas dedicadas a fornecer os elementos de unidade adequados ao nacionalismo. Na França, onde a ideia do *cidadão político* (*citoyen*) “formava a base da coesão nacional”, os historiadores debruçaram-se sobre a Revolução de 1789 como principal mito fundador da nacionalidade. Na Inglaterra, porém, a base dessa coesão era “a identificação da nação com o desenvolvimento de uma tradição parlamentar que foi amplamente vista como epicentro da identidade nacional” (BERGER, DONOVAN e PASSMORE, 1999, p. 6). Na Alemanha, foi o conceito “altamente ambivalente, mas mesmo assim orientador” de *volk* que norteou tanto as interpretações democráticas quanto as raciais, da história alemã. “Como tal [o conceito] pode ser usado como mito fundador em escritas da história que legitimavam regimes democratas, fascistas e comunistas na Alemanha” (BERGER, DONOVAN e PASSMORE, 1999, p. 5).

Assim, a escrita da história esteve intimamente vinculada aos contextos políticos do século XIX que construíram a ideia nacional e seus discursos legitimadores, na história, na literatura ou na filosofia. No caso dos historiadores:

Com a ascensão do nacionalismo em toda a Europa do século XIX, houve uma crescente essencialização de auto proclamadas “características nacionais” [...]. Muita da historiografia britânica estava preocupada em demonstrar o processo civilizatório obtido pela Inglaterra através de sua defesa de valores constitucionais e de liberdade, e através da sua longa e contínua tradição parlamentar. Os historiadores franceses também perceberam sua nação como a campeã da *‘liberté, égalité, fraternité’*. O slogan da Revolução Francesa de 1789 simbolizava o fato de que foi na França que o Terceiro Estado tinha, pela primeira vez, realmente se tornado uma nação.

Na Alemanha, foi a noção da superioridade da cultura alemã, e da erudição alemã em especial, que estava no cerne do discurso nacionalista do século XIX. Na Itália este discurso estava frequentemente ligado à celebração da antiga cultura do país e à tradição de suas cidades-estado medievais. A construção de “características nacionais” do discurso historiográfico da Europa ocidental do século XIX tendia a atribuir “características eternas” às nações. (BERGER, DONOVAN e PASSMORE, 1999, p. 9-10).

Assim, as escolhas historiográficas e políticas sobre o que, no passado, deve ser lembrado ou esquecido, são fundamentais para a compreensão de como uma nação concebe a si própria. No caso alemão, mesmo advogando uma profunda imparcialidade na abordagem do historiador, Ranke (e outros historiadores alemães, como Mommsen) estava “politicamente envolvido e conhecia a função política de sua erudição”. Esse aparente paradoxo é resolvido por Ranke quando ele afirma que “uma abordagem histórica [da política] torna possível compreender as forças objetivas que operam no mundo”.

Assim, a nova escola científica era, desde o início, politicamente orientada e propagandista. Os estudantes de Ranke, que ainda era um bom Europeu, formaram o cerne da assim chamada Escola Prussiana que misturava obediência à dinastia Hohenzollern com uma noção de participação popular e nacionalismo alemão. A Prússia que transcendera as fronteiras nacionais era agora germanizada. [...] o historiador deveria ir aos arquivos, que era em si uma coisa de valor. Mas historiadores como Droysen, Sybel e Treitschke e uma hoste de seus colegas menos conhecidos iam aos arquivos com respostas pré-concebidas que eles buscavam documentar. Eles viam a si próprios como estando a serviço da dinastia Hohenzollern [...] criando mitos históricos como a História da Prússia de Droysen, que já atribuía à Prússia da Idade Média uma missão germânica. (IGGERS, 1999, p. 20).

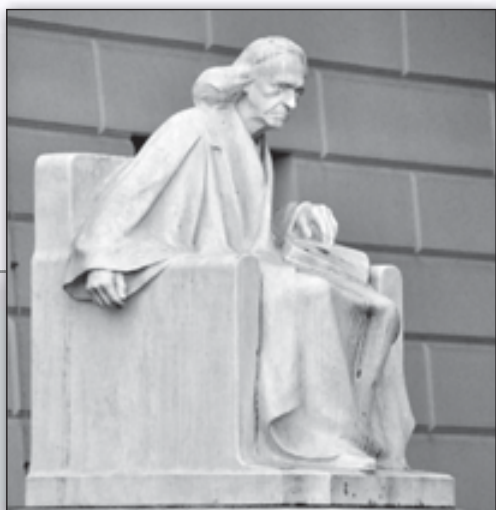


Figura 11 - Estátua de Christian Mommsen na entrada da Von Humboldt-Universität, Berlin

Christian Matthias Theodor Mommsen (1817-1903). Historiador alemão especialista em antiguidade clássica. Recebeu o prêmio Nobel de Literatura de 1902 por sua “História de Roma”.

Na Inglaterra do século XIX, o tema da “nação” foi um padrão que se repetiu, principalmente em termos de um programa político “Whig” que se refletia diretamente na interpretação da história. O principal expoente desta vertente foi Thomas Babington Macaulay (1800-1859), mas essa interpretação teve seguidores até o início do século XX, com George Trevelyan (1876-1962).

O Partido Whig resumia as tendências liberais inglesas durante os séculos XVIII e XIX. Mantinha um programa que incluía a abolição da escravidão, a emancipação dos católicos ingleses, a educação popular, entre outros itens.



Figura 12 - Thomas Babington Macaulay.
Desenho de George Richmond. (1809–1896)

Segundo a interpretação de Macaulay, o elemento nacional mais importante na Inglaterra era o “desenvolvimento de uma tradição parlamentar libertária que remontava à Magna Carta e culminava na Revolução Gloriosa de 1688” (STUCHTEY, 1999, p. 30). Para Macaulay e os liberais ingleses do período, a glorificação do passado nacional (mitificado como um passado “pacífico”) era uma resposta ao medo provocado pelo Cartismo (que você vai conhecer em História Contemporânea 2) e pelas revoluções europeias de 1848. A história deveria proporcionar narrativas que descrevessem como os extremos políticos poderiam ser equilibrados. Nessa perspectiva, a história do povo inglês “tinha um aspecto universal [...] e era não somente causa para inveja e admiração pelos países vizinhos, mas também um benefício para o mundo civilizado, o fato de que a Inglaterra gozara de liberdade parlamentar tanto tempo antes de qualquer outra nação” (STUCHTEY, 1999, p. 32):

Esta interpretação Whig era essencialmente um relato complacente de sucesso; uma história contemplativa de um povo que aprovava seu passado e presente. Quando Macaulay afirmou que “a história da Inglaterra é enfaticamente a história do progresso” (MACAULAY, 1866, p. 298), ele pensava em uma linha contínua da civilização inglesa desde o [censo de Guilherme I em 1086] até as leis de reforma do século XIX. Por trás desta idéia estava [...] uma convicção nacional e cultural da superioridade civilizacional inglesa. (STUCHTEY, 1999, p. 33).

No caso da historiografia francesa do século XIX, após 1815 o pensamento liberal dominante buscou uma política de compromisso, procurando apaziguar os conflitos gerados pela Revolução e garantir estabilidade e unidade. A história forneceu os meios para que eles criassem uma ideologia que acolhesse tanto os direitos individuais, herdados do tumulto revolucionário, quanto uma sensação de pertencimento mútuo à nação francesa. Assim, “nos escritos de François Guizot e Augustin Thierry, o passado foi reinterpretado como uma grande narrativa do propósito nacional e a Revolução foi defendida como o ápice legítimo de um longo processo de luta” (CROSSLEY, 1999, p. 50).

Do outro lado do espectro político, historiadores contrarrevolucionários, como Joseph de Maistre, não distinguiram entre o espírito de 1789 e aquele do jacobinismo militante. Para eles, o individualismo era consequência do liberalismo iluminista. Esses críticos não se sentiam obrigados a equilibrar as tradições nacionais em torno da Revolução, nem a reconciliar o indivíduo com a sociedade através da reescrita da história nacional, como procuraram fazer os liberais. Coube aos liberais realizar o esforço nacional por excelência:

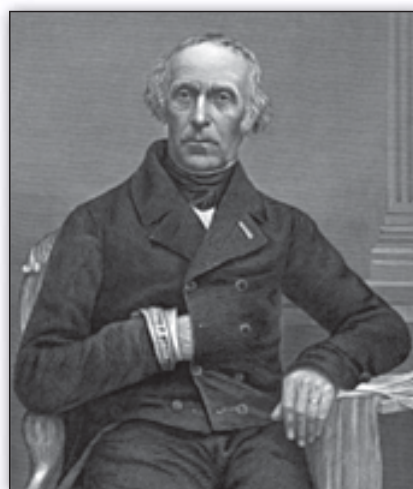


Figura 13 - François Pierre Guillaume Guizot, 1787-1874.

Fonte: <http://www.lib.utexas.edu/photodraw/portraits/guizot.jpg>. Fonte Original DuceFontekinick, Evert A. Portrait Gallery of Eminent Men and Women in Europe and America. New York: Johnson, Wilson & Company, 1873.

Historiadores liberais como Guizot e Thierry fizeram mais do que reforçar elos com o passado nacional. A História foi chamada para preencher uma função integradora, demonstrando aos indivíduos que eles a pertenciam a uma comunidade que, de algum modo, permanecia a mesma apesar de ter sido envolvida com o processo dinâmico de mudanças históricas ao longo dos séculos. A História validava a sociedade, ou, mais exatamente, a história confirmava a nação burguesa como o *locus* da reconciliação prometida entre o indivíduo e o propósito coletivo. (CROSSLEY, 1999, p. 53).

Partindo dos modelos europeus, os historiadores brasileiros também buscaram formas de legitimar a construção nacional no passado. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro assume a função de conciliar a tradição europeia com a novidade da independência, instaurando uma longa tradição de fuga das rupturas repentinas.

E aqui tocamos em um ponto que nos parece central para a discussão da questão nacional no Brasil e do papel que a escrita da história desempenha neste processo: trata-se de precisar com clareza como esta historiografia definirá a Nação brasileira, dando-lhe uma identidade própria capaz de atuar tanto externa quanto internamente. No movimento de definir-se o Brasil, define-se também o “outro” em relação a esse Brasil. Num processo muito próprio ao caso brasileiro, a construção da idéia de Nação não se assenta sobre uma oposição à antiga metrópole portuguesa; muito ao contrário, a nova Nação brasileira se reconhece enquanto continuadora de uma certa tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa. Nação, Estado e Coroa aparecem enquanto uma unidade no interior da discussão historiográfica relativa ao problema nacional. Quadro bastante diverso, portanto, do exemplo europeu, em que Nação e Estado são pensados em esferas distintas. (GUIMARÃES, 1988, p.6).

A disciplina da história ficou atrelada ao debate sobre as questões nacionais, marcando a “institucionalização do debate e delineamento de uma proposta de ‘Nação Brasileira’” (KARVAT, 2005, p. 52). O primeiro Programma histórico do IHGB, elaborado em 1839 pelo presidente da instituição, o visconde de São Leopoldo (José Feliciano de Fernandes Pinheiro), inscreve-se nessa tentativa inicial de delimitar o tema nacional sobre a história buscando definir, inclusive, os cânones de leitura do passado a partir da visão que buscava estabelecer (KARVAT, 2005, p. 55).

Desta forma, também a História Geral do Brasil, de Francisco Adolpho de Varnhagen (1854), inaugurou a ideia nacional para o país, recém tornado independente, mas que devia sua unidade nacional à continuidade para com o passado colonial. Para Varnhagen, a tradição portuguesa – monárquica e católica - fornecera os principais elementos nacionais: língua, história e território (MONTALVÃO, 2006, p.2).

Capistrano de Abreu também busca construir a “nação” na historiografia, porém seu foco é a introdução de uma dimensão popular, na medida em que enfatiza a conquista e a colonização do território brasileiro pelos brasileiros mestiços, e não pelos portugueses (REIS, 1999, p. 113).

A busca pela “nação” ou pela história nacional vai persistir na historiografia até quase o final do século XX, quando o conceito é questionado como uma construção ideológica, ou quando a ideia mesma de nação entra em desuso como unidade de análise do passado.

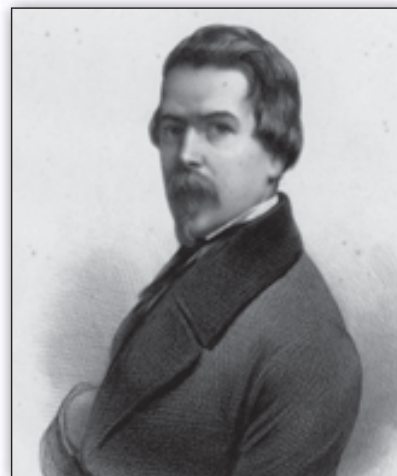
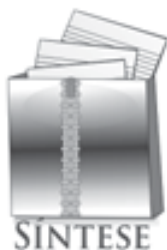


Figura 14 - Francisco Adolfo de Varnhagen
Fonte: DEVERIA, Achille (1800-1857), Paris: Imp. Lemercier, ca. 1851, litografia, disponível na Biblioteca Digital da Biblioteca Nacional de Lisboa, em <http://purl.pt/5639>, acessado em 16/09/2010.



Nesta terceira unidade você estudou como o fim do antigo regime permitiu o surgimento de uma nova força de coesão sociopolítica – o **nacionalismo** – e como as modernas nações surgiram e tiveram sua construção justificada pela historiografia moderna que nasce com esta função explícita – escrever a história nacional, buscando mitos de origem, fatos fundadores e ideias identificadoras que permitiram que o “sentimento nacional” surgisse e transformasse populações inteiras, fundamentalmente diferentes entre si, em “franceses”, “americanos” ou “brasileiros”.

Viu também que, em nome do nacionalismo, políticas de unificação e/ou dominação foram implantadas, quase nunca de modo pacífico, passando de um nacionalismo liberal que herdara seus ideais da Revolução Francesa – buscando, ao fim e ao cabo, a redenção de todos os indivíduos em suas respectivas **nações** – a um nacionalismo encampado por indivíduos e partidos à direita do espectro político, fundamentalmente antirracional, antiliberal e marcado pela adesão à xenofobia e racismo do final do século XIX.



Procure informações adicionais sobre os processos de unificação da Alemanha e da Itália na segunda metade do século XIX, na historiografia especializada, ou em obras de referência.

Leia o livro “**Nações e nacionalismo desde 1870, Programa, mito e realidade**” de Eric Hobsbawm (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990).



Leia e resenhe o livro “**Silvio Romero; hermeneuta do Brasil**”, de Alberto Luis Schneider (São Paulo: Annablume, 2005), buscando conhecer melhor como os processos de construção nacional foram adaptados para o Brasil.

